

NIETZSCHE E A POLÍTICA: DA APROPRIAÇÃO IDEOLÓGICA AO APAGAMENTO INTERPRETATIVO

Rusley Breder Biasutti (Mestre em História e Professor EBTT - Ifes Itapina)

Resumo: O pensamento político de Friedrich Nietzsche é hoje objeto de intenso debate. Entre filósofos, difundiu-se a imagem de um Nietzsche apolítico, voltado sobretudo para questões de cultura e moral de sua época, e não para proposições políticas. Já os historiadores, por sua vez, enfatizaram as implicações políticas de sua filosofia, muitas vezes interpretada como expressão da reação aristocrática que marcou a Europa na segunda metade do século XIX. Este trabalho analisa o processo de esvaziamento do conteúdo político da obra nietzschiana nas leituras de filósofos e intérpretes do segundo pós-guerra — interpretação que se consolidou como predominante no Brasil. A hipótese central é que essa leitura apolítica surgiu como reação a duas outras correntes: a nacional-socialista e a marxista. A primeira destacou o caráter social-darwinista de conceitos como a vontade de potência, apresentando Nietzsche como ideólogo do nazismo; a segunda, cujo expoente maior é Lukács, construiu a imagem de um Nietzsche defensor da burguesia imperialista alemã. Para os marxistas, seguindo Lukács, o filósofo estava na base de uma cruzada anticomunista. Assim, os esforços empreendidos para desfazer os impasses gerados por tais interpretações ideologizadas acabaram por consolidar a figura de um Nietzsche apolítico.

Palavras-chave: Nietzsche, política, hermenêutica, história intelectual.

Abstract: The political thought of Friedrich Nietzsche is currently the subject of intense debate. Among philosophers, the prevailing view portrays Nietzsche as an apolitical figure, concerned primarily with issues of culture and morality rather than with explicitly political propositions. Historians, however, have emphasized the political implications of his philosophy, often interpreting it as an expression of the aristocratic reaction that took place in Europe during the second half of the nineteenth century. This article examines the process by which the political dimension of Nietzsche's work was emptied out in post-World War II interpretations by philosophers and commentators—an approach that became dominant in Brazil. The central hypothesis is that this

apolitical reading emerged as a reaction to two earlier interpretations: the National Socialist and the Marxist. The former underscored the social-Darwinist character of concepts such as the will to power, framing Nietzsche as an ideologue of Nazism; the latter, with Lukács as its main exponent, portrayed him as a defender of the German imperialist bourgeoisie. Following Lukács, Marxists interpreted Nietzsche's thought as foundational to an anti-communist crusade. Thus, the attempts to disentangle his work from these ideologized readings ultimately produced the image of an apolitical Nietzsche.

Keywords: Nietzsche, politics, hermeneutics, intellectual history.

Introdução

O debate em torno do pensamento político de Friedrich Nietzsche permanece, até hoje, um dos mais instigantes e controversos da tradição filosófica. Embora sua obra tenha sido lida e relida sob as mais diferentes perspectivas — literárias, psicológicas, religiosas ou mesmo existenciais —, o aspecto político de sua reflexão foi frequentemente marginalizado ou interpretado de forma enviesada. Essa situação não é fruto do acaso, mas resulta de uma complexa história de recepção, atravessada por disputas ideológicas, apropriações seletivas e interpretações que, em muitos casos, acabaram por reduzir ou desfigurar a riqueza de seu pensamento. O presente trabalho parte dessa constatação para analisar de que modo se deu o processo de esvaziamento da dimensão política da filosofia nietzschiana, especialmente a partir das leituras dominantes no pós-guerra, e como esse processo repercutiu no cenário intelectual brasileiro.

A importância de Nietzsche no contexto filosófico moderno é inegável. Seu nome atravessa fronteiras disciplinares e desperta paixões que vão do entusiasmo incondicional à rejeição mais categórica. A força de seu estilo, marcado por um tom aforístico, provocativo e muitas vezes desconcertante, contribuiu para a multiplicidade de leituras que sua obra suscitou ao longo do tempo. Essa pluralidade, entretanto, não se limitou ao campo acadêmico, tendo alcançado igualmente a arena política, onde diferentes correntes — da extrema direita ao socialismo revolucionário —

reivindicaram para si a legitimidade de falar em nome de Nietzsche. A apropriação de suas ideias por grupos tão distintos, muitas vezes diametralmente opostos, revela tanto a plasticidade de seu pensamento quanto o risco inerente de deturpações.

Ao longo do século XX, duas grandes leituras políticas moldaram de maneira decisiva a imagem pública de Nietzsche: a leitura nacional-socialista, que buscou transformá-lo em ideólogo da supremacia ariana, e a leitura marxista, que o apresentou como representante da reação burguesa e imperialista contra os avanços do movimento operário. Essas duas perspectivas, ainda que divergentes em seus propósitos e juízos de valor, compartilham um ponto em comum: ambas reduziram a complexidade da filosofia nietzschiana a uma função ideológica, ora celebratória, ora condenatória. Como consequência, reforçaram a visão de Nietzsche como pensador perigoso, incompatível com os valores democráticos e humanistas que ganharam força após a Segunda Guerra Mundial.

Diante desse cenário, um conjunto de intérpretes procurou “salvar” Nietzsche por meio de uma operação hermenêutica específica: o esvaziamento de sua dimensão política. Essa estratégia, especialmente evidente nas traduções e análises de Walter Kaufmann, visou apresentar um Nietzsche reconciliado com a tradição filosófica ocidental, um pensador racionalista e até mesmo humanista, desprovido de vínculos comprometedores com o nazismo ou com qualquer projeto político. Esse movimento, embora tenha contribuído para reabilitar a figura de Nietzsche no mundo acadêmico, também gerou um efeito colateral decisivo: a consolidação de um Nietzsche apolítico, cuja recepção se expandiu para o Brasil e passou a predominar em boa parte da tradição filosófica local.

A proposta deste artigo é, portanto, examinar criticamente como se estruturou esse processo de neutralização do político em Nietzsche, mostrando que tal procedimento não apenas distorceu o alcance de sua reflexão, mas também empobreceu a possibilidade de compreendê-lo em sua dimensão histórica. Ao reconstruir a trajetória de interpretações que marcaram a recepção do filósofo — desde os primeiros recortes promovidos por sua irmã Elizabeth até as leituras do pós-guerra —, pretende-se oferecer uma contribuição para uma leitura mais ampla e menos restritiva de sua obra, uma leitura capaz de restituir a Nietzsche sua potência como pensador que, mesmo

sem formular uma teoria política sistemática, dedicou-se intensamente às questões de poder, sociedade e modernidade.

Nesse sentido, o trabalho não busca simplesmente reafirmar Nietzsche como filósofo político em sentido estrito, mas chamar a atenção para a necessidade de considerar, em toda a sua densidade, a presença da política em seu pensamento. É a partir desse horizonte que se torna possível compreender a pertinência de conceitos como vontade de potência, eterno retorno e grande política, que, longe de serem apenas metáforas ou construções literárias, carregam implicações decisivas para a reflexão sobre a vida coletiva, a cultura e as formas de organização social. Reconhecer essa dimensão é, ao mesmo tempo, uma maneira de evitar leituras reducionistas e de devolver à filosofia nietzschiana sua força crítica frente às promessas e limites da modernidade.

I

No prólogo de sua autobiografia *Ecce Homo*, Nietzsche declara: “Ouçam-me! pois eu sou assim e assado. E, acima de tudo, não me confundam!” (NIETZSCHE, 2009, p. 15). Ao escrever esse livro, o “filósofo do martelo” tinha em mente um propósito bastante definido: falar de si mesmo de maneira inédita, expondo aquilo que nenhum intérprete havia ainda conseguido exprimir, e ao mesmo tempo prevenir os equívocos e distorções que poderiam recair sobre sua filosofia. Nesse período, encontrava-se dedicado àquela que considerava ser sua obra derradeira, a *Transvaloração de todos os valores*¹, e a redação do *Ecce Homo*² — concluída em menos de um mês³ — visava preparar a humanidade para receber esse projeto maior. Sua intenção, portanto, era dupla: de um lado, oferecer uma chave de leitura de si mesmo e de sua obra; de outro, criar uma espécie de introdução que orientasse a recepção do pensamento que pretendia legar ao futuro. Ainda assim, sua precaução não foi suficiente para evitar os numerosos erros de interpretação e os usos indevidos de sua filosofia. O próprio

¹ Nietzsche não teve a oportunidade de concluir esse projeto. Em 3 de janeiro de 1889, pouco depois de finalizar *Ecce Homo*, o filósofo saiu às ruas de Turim e abraçou um cavalo que era brutalmente açoitado pelo dono — foi seu último gesto público, ironicamente marcado pela compaixão. A partir desse episódio, Nietzsche passaria os dez anos seguintes entre internações psiquiátricas e os cuidados da mãe e da irmã.

² Nietzsche não conseguiu publicar a obra para o grande público. Embora a tenha enviado a algumas pessoas — entre elas, Bismarck e Cosima Wagner —, sua primeira edição só foi organizada por sua irmã Elisabeth e publicada em 1908.

³ De acordo com a maior parte dos pesquisadores, o texto teria sido escrito entre 15 de outubro e 4 de novembro de 1888.

Nietzsche não pôde acompanhar os primeiros efeitos de sua produção intelectual, pois em 1889 foi acometido por um colapso psíquico que o afastou definitivamente da vida pública e do trabalho filosófico. Caso tivesse podido assistir a esse processo, é provável que se surpreendesse, ou até se indignasse, com a história de recepção de sua obra, que, já nas primeiras décadas do século XX, se converteu em um verdadeiro emaranhado de leituras contraditórias, apropriações arbitrárias e interpretações as mais diversas.

Considerado um dos pensadores mais polêmicos de sua época e também da posteridade, Nietzsche legou uma obra que permanece, ainda hoje, no centro das discussões filosóficas contemporâneas, mesmo após mais de cento e dez anos de sua morte. A força de sua presença no debate intelectual é tal que, como observou Martin Heidegger, é simplesmente impossível que o nosso tempo ignore o pensamento nietzschiano: este se impõe a nós, quer seja para concordar ou para discordar, exigindo que constantemente nos defrontemos com suas provocações e questões fundamentais (ANSELL-PEARSON, 1997, p. 17). Essa atualidade permanente, no entanto, convive com um traço que sempre acompanhou a recepção de Nietzsche: sobre ele sempre se disse praticamente tudo o que se quis. A polêmica que envolve seus escritos não resulta apenas de seu estilo mordaz, agudo e audacioso, mas também da diversidade de leituras, interpretações e apropriações que, ao longo do tempo, foram moldando sua imagem de modos muitas vezes contraditórios. Assim, a obra nietzschiana se apresenta como um campo de disputa permanente, no qual cada geração de leitores parece encontrar um Nietzsche diferente, sempre à altura de seus próprios dilemas e interesses.

Logo após o colapso que o afastou definitivamente da vida intelectual, as primeiras leituras de Nietzsche passaram a girar em torno de sua biografia, privilegiando quase exclusivamente a situação psíquica em que o filósofo se encontrava e relegando a segundo plano a potência de seu pensamento. Nos círculos nietzschianos que se formaram nesse período, as discussões concentravam-se em temas como genialidade e loucura, de modo que sua obra foi, em grande medida, avaliada mais

sob o prisma literário do que propriamente filosófico⁴. Com o passar do tempo, sobretudo após a década de 1920, multiplicaram-se as mais variadas interpretações de seus escritos. Como observa Scarlett Marton (1997, p. 24), alguns o transformaram em defensor do irracionalismo, outros em fundador de uma nova seita ou em guru de uma espiritualidade para os tempos modernos; houve ainda quem o considerasse um cristão ressentido ou mesmo o inspirador da psicanálise. Apesar da profusão de equívocos que cercaram sua recepção, não faltaram esforços por parte de intérpretes contemporâneos no sentido de desfazê-los e de restituir a complexidade de sua filosofia⁵. Entretanto, um aspecto decisivo do pensamento nietzschiano permaneceu, até hoje, particularmente vulnerável a tais distorções e mal-entendidos: sua dimensão política.

Durante um longo período — que se estende do final da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1980 — a maior parte dos comentadores de Nietzsche optou por deixar em segundo plano, ou mesmo por ignorar completamente, o caráter político de sua filosofia. O consenso predominante nesse intervalo, que se manteve vivo até bem recentemente e que ainda hoje encontra eco em determinados círculos intelectuais brasileiros, era o de que “Nietzsche não era de modo algum um pensador político, mas alguém que se preocupava, sobretudo, com o destino do indivíduo isolado e solitário, muito distante das preocupações e relações do mundo social” (ANSELL-PEARSON, 1997, p. 17). Nesse mesmo sentido, alguns autores sustentaram que o filósofo não dirigiu críticas efetivas à política de sua época, interpretando suas passagens mais contundentes apenas como ataques à moral cristã e à modernidade (MARTON, 2011, p. 18). Tais leituras, que deliberadamente desconsideram a dimensão política de Nietzsche, serão aqui chamadas de apolíticas. O propósito central desta comunicação é justamente descrever o processo de esvaziamento que levou ao apagamento do conteúdo político de sua obra, bem como

⁴ Nietzsche exerceu influência sobre escritores de renome, como Thomas Mann, Robert Musil e Hermann Hesse.

⁵ Grande parte dos esforços para desfazer os equívocos em torno de Nietzsche deve-se a Mazzino Montinari e Giorgio Colli, responsáveis pela edição crítica e integral de suas obras. Essa edição, pela primeira vez, conferiu tratamento adequado aos fragmentos póstumos, organizando-os em ordem cronológica.

compreender de que maneira Nietzsche acabou cristalizado, em boa parte da tradição interpretativa, como um pensador apolítico.

A primeira questão que inevitavelmente se coloca, para que possamos esclarecer o problema em discussão, é a seguinte: haveria, de fato, um conteúdo político na obra de Nietzsche? Em outras palavras, podemos identificar em seus escritos reflexões que ultrapassem os limites da crítica moral, cultural ou religiosa, alcançando diretamente o campo da política?

O período mais ativo da produção intelectual de Nietzsche tem como pano de fundo alguns dos acontecimentos políticos mais significativos do século XIX europeu. Nascido em 1844, o jovem filósofo cresceu à sombra das revoluções de 1848⁶ e publicou seu primeiro livro⁷ justamente no momento em que se consolidava o processo de unificação do Estado alemão, conduzido por Otto von Bismarck⁸. Nietzsche tinha apenas 17 anos quando o chamado “Chanceler de Ferro” chegou ao poder, e foi acometido pela loucura um ano antes da destituição deste de seu posto. Dotado de uma “maneira de ser guerreira” (NIETZSCHE, 2009, p. 37) — como ele próprio costumava dizer —, chegou inclusive a participar da Guerra Franco-Prussiana como enfermeiro voluntário. Diante desse contexto, é impossível supor que os acontecimentos políticos que o cercavam não repercutissem em sua filosofia. O exame de sua obra revela inúmeras passagens em que se dedica à análise das relações entre indivíduo e Estado (NIETZSCHE, 2007, p. 115); em outras, discute criticamente o Segundo Reich e a política de Bismarck, questiona a manutenção de exércitos nacionais (NIETZSCHE, 2005, p. 216) e até mesmo sugere a possibilidade de uma unificação europeia em oposição à lógica dos Estados nacionais (NIETZSCHE, 2005, p. 133).

⁶ Nietzsche faz referência aos acontecimentos de 1848 em *Ecce Homo*. Seu pai, que teria sido funcionário de Frederico Guilherme IV — razão pela qual Nietzsche recebeu o nome Friedrich Wilhelm em homenagem ao monarca —, perdeu o cargo em decorrência daqueles eventos. Entre as causas da Revolução de 1848 estava justamente a política conservadora de Frederico Guilherme IV, fundamentada na noção de direito divino.

⁷ Trata-se do *Nascimento da Tragédia*, publicado em Janeiro de 1872.

⁸ Nietzsche escreveu, em 1888, uma carta a Bismarck anunciando-lhe sua inimizade. Assinou a epístola como “O Anticristo, Friedrich Nietzsche”.

Nietzsche foi também um crítico implacável da democracia, motivo pelo qual alguns intérpretes — entre eles diversos historiadores — o identificaram como defensor de um aristocratismo que, em grande medida, refletia as permanências do *Ancien Régime* na Europa oitocentista (HOBSBAWM, 1988; MAYER, 1990; ELIAS, 1997). É verdade, como observam Scarlett Marton (2011, p. 19) e Osvaldo Giacóia Junior (1999, p. 148), que Nietzsche não elaborou uma teoria política sistemática e que suas reflexões sobre o poder não podem ser isoladas das críticas mais amplas dirigidas à moral, à religião e à modernidade. Ainda assim, seria impossível negar a presença constante de questionamentos e proposições políticas em seu pensamento.

Alguns intérpretes chegam a ir além: Domenico Losurdo, por exemplo, sustenta que a política é a chave de interpretação que articula e dá sentido às contradições da obra nietzschiana. Para Losurdo, Nietzsche deve ser lido como um autor essencialmente político, cuja produção, do *Nascimento da Tragédia* até os momentos que antecederam o colapso em Turim, foi orientada pela reflexão sobre a política (LOSURDO, 2009). De modo semelhante, Keith Ansell-Pearson defende que “Nietzsche é primeira e primordialmente um pensador político”, ressaltando que suas preocupações com o destino da política no mundo moderno estão presentes “desde as primeiras reflexões sobre o *agon* grego até a tentativa de escrever uma genealogia da moral e o diagnóstico do niilismo para caracterizar o mal-estar e a doença morais dos seres humanos modernos” (ANSELL-PEARSON, 1997, p. 18).

Outro indício expressivo de que a política constitui um eixo central em sua obra foi revelado apenas com a publicação, na década de 1980, da edição crítica de seus escritos: trata-se da noção de *grande política*. Essa expressão, recorrente nos fragmentos póstumos⁹, é utilizada para “indicar uma reflexão que se estrutura enquanto uma resposta às práticas políticas vigentes na época do filósofo, em especial na Alemanha recém-unificada” (VILAS BÔAS, 2011, p. 14).

⁹ Para o leitor brasileiro de Nietzsche, o acesso aos inúmeros fragmentos póstumos ainda é limitado, pois não dispomos de uma tradução integral de suas obras — muito menos da edição crítica organizada por Giorgio Colli e Mazzino Montinari. Ainda assim, vale destacar os esforços editoriais no Brasil voltados à tradução de parte desses fragmentos. Merecem destaque as iniciativas da PUC-Rio e das Edições Loyola, que desde 2003 vêm publicando uma série de volumes temáticos com traduções de diversos fragmentos póstumos inéditos em língua portuguesa.

Diante da constatação de que a política ocupa lugar de destaque na obra de Nietzsche, e de que o filósofo dedicou parte significativa de sua reflexão às questões do poder, da sociedade e das formas de organização coletiva, surge uma indagação inevitável: por que, então, em grande parte das leituras produzidas ao longo do século XX, essa dimensão política praticamente desapareceu? Como explicar que um pensador tão atento às tensões e transformações de seu tempo tenha sido cristalizado, em tantas interpretações, como alguém distante da política? Mais especificamente, por que autores de grande influência, como Walter Kaufmann — notável biógrafo e tradutor de Nietzsche —, optaram por adotar um procedimento hermenêutico que resultou no esvaziamento desse aspecto de sua filosofia?

Para compreendermos plenamente esse fenômeno de esvaziamento do conteúdo político em Nietzsche, é necessário retornar às primeiras leituras de sua obra que se fizeram sob uma perspectiva política, já no início do século XX. Se, em *Ecce Homo*, o filósofo advertia que não queria ser confundido, é precisamente essa confusão que marca, de modo recorrente, sua recepção no campo político. Diversos grupos reivindicaram para si a herança nietzschiana: anarquistas e antissemitas, por exemplo, afirmavam-se seus seguidores; ao longo das décadas seguintes, socialistas, nazistas e fascistas também recorreram ao seu pensamento para legitimar suas posições. Nesse processo, pensadores e escritores de diferentes orientações apropriaram-se de conceitos e fragmentos da obra nietzschiana para sustentar interesses particulares, operando recortes seletivos e arbitrários. Assim, a filosofia de Nietzsche passou a ser mobilizada em contextos díspares, muitas vezes distantes de suas intenções originais, servindo de instrumento retórico para disputas ideológicas e políticas imediatas.

O primeiro grande recorte arbitrário da obra de Nietzsche foi realizado por sua própria irmã, Elizabeth Förster-Nietzsche. Após o colapso mental do filósofo, foi ela quem assumiu sua tutela, tornando-se responsável não apenas por sua pessoa, mas também por seus escritos, sua biblioteca e sua correspondência. De posse de todo esse material, Elizabeth — que gostava de se apresentar publicamente como a “irmã de Zaratustra” — converteu o nome e a obra do irmão em um empreendimento sobretudo lucrativo, cuidadosamente explorado para fins pessoais. Em 1901, publicou

um livro ao qual atribuiu o título *A vontade de potência*, inspirado nas anotações do filósofo, que havia manifestado o desejo de publicar uma obra sob essa designação. Para compô-lo, reuniu 483 fragmentos póstumos escritos entre 1887 e 1889. No entanto, não apenas deixou de explicitar os critérios que nortearam a seleção, como também ignorou completamente a ordem cronológica dos textos, organizando-os de forma arbitrária. Como se não bastasse, para conferir legitimidade a seu projeto editorial, Elizabeth chegou a falsificar cartas atribuídas a Nietzsche, com o objetivo de convencer editores e amigos do filósofo de que conhecia melhor do que ninguém suas verdadeiras intenções.

O espírito empreendedor de Elizabeth levou-a a investir intensamente na difusão do nome e da obra do irmão por meio da imprensa. Entre 1893 e 1900, ela conseguiu transformá-lo em uma verdadeira celebridade intelectual, um ídolo das revistas e dos círculos culturais de sua época. Paralelamente, organizou e supervisionou uma nova edição dos escritos de Nietzsche, insistindo para que os volumes fossem publicados a preços acessíveis, de modo a garantir maior circulação e popularidade. Com os lucros obtidos por meio dos direitos autorais, adquiriu uma propriedade em Weimar, onde fundou os Arquivos Nietzsche, espaço que passou a frequentar figuras de destaque do mundo político e cultural. Foi nesse contexto que se iniciaram as aproximações com o Estado alemão, aproximações que mais tarde abririam caminho para a apropriação de Nietzsche como ideólogo do nazismo. As edições organizadas por Elizabeth e o empenho em consagrar o irmão como um dos filósofos de maior relevância para o Terceiro Reich acabaram por gerar distorções profundas e duradouras em sua filosofia (MARTON, 1997, p. 16). Graças a essa popularidade artificialmente construída, os escritos de Nietzsche alcançaram na Alemanha, nas primeiras décadas do século XX, a projeção que tornaria possível sua exploração como aliado ideológico pelos nazistas no período do entre guerras.

Aproveitando-se das edições pouco confiáveis organizadas por Elizabeth, Alfred Bäumler e Alfred Rosenberg — dois dos principais ideólogos do nazismo — encontraram em Nietzsche a justificativa filosófica de que necessitavam para legitimar o regime totalitário que defendiam. Sob sua influência, os escritos do filósofo passaram a integrar programas educacionais, além de serem difundidos por meio de

coletâneas e antologias de caráter popular, destinadas a ampliar o alcance de suas ideias conforme os interesses do Terceiro Reich. Ambos também se dedicaram à redação de biografias e comentários que indicavam o “modo correto” de interpretar Nietzsche; nesse contexto, Bäumler publicou, em 1931, a obra *Nietzsche como filósofo e político*. Essa interpretação reduzia drasticamente a complexidade do pensamento nietzschiano, transformando-o em um defensor da raça ariana.

Essa leitura simplificada e distorcida ganhou grande difusão, a ponto de quase todas as tentativas de interpretação do período buscarem identificar na filosofia de Nietzsche uma fundamentação para a doutrina nazista (ANSELL-PEARSON, 1997, p. 43). Os ideólogos do regime deram especial destaque ao suposto viés social-darwinista de sua obra, apropriando-se de conceitos como “vontade de potência” e “super-homem” para justificar práticas políticas e sociais de caráter antissemita. Para os nazistas, tais conceitos representavam uma legitimação intelectual da ideologia da raça superior ariana; assim, “atribuíam a Nietzsche o mérito de ter tirado todas as consequências das teorias de Darwin, no plano ético e político-social, sem deixar-se estorvar pelos escrúpulos morais do cientista inglês” (LOSURDO, 2009, p. 728).

Se, por um lado, as leituras produzidas na Alemanha do período “entre guerras” procuraram enaltecer a obra de Nietzsche, elevando-o à condição de um dos ideólogos centrais do regime nazista em formação, por outro, no campo marxista, não faltaram vozes que denunciaram os perigos políticos implicados em sua filosofia. Nessa perspectiva, os intérpretes destacaram sobretudo o caráter antissocialista presente em muitos de seus escritos. Domenico Losurdo (2009, p. 726) lembra que Trotski, por exemplo, condenou abertamente as ideias “ultra-aristocráticas” de Nietzsche, argumentando que “o eixo social de seu sistema é o reconhecimento do privilégio concedido a poucos eleitos de gozar livremente de todos os bens da existência”. Ainda segundo Trotski, “estamos na presença de um ultra-aristocratismo que se distingue por algumas características particularmente turvas: ele teoriza ‘super-homens’ livres de toda obrigação social e moral, que não escondem o seu ‘fraco cinismo’ e estão prontos para a eliminação cuidadosa de tudo o que pode suscitar a ‘piedade’”.

O ápice dessa linha interpretativa marxista encontra-se na obra de Georg Lukács. O filósofo alemão Wolfgang Müller-Lauter (1993, p. 20) observa que *A Destruição da Razão*, do pensador húngaro, foi determinante para consolidar aquilo que se tornaria a “imagem marxista de Nietzsche”. Lukács buscou explicar o pensamento nietzschiano como a expressão de uma posição ideológica vinculada à defesa da burguesia imperialista alemã. Sua interpretação exerceu influência decisiva sobre a forma como os marxistas, sobretudo na Alemanha, passaram a encarar o autor do *Zaratustra*. A partir de então, julgou-se que sua filosofia representava uma tentativa de fazer “a roda da história girar para trás”, identificando na vontade de potência e no eterno retorno do mesmo os fundamentos de uma visão de mundo que alimentava todas as cruzadas anticomunistas (MARTON, 1997, p. 22).

Apesar da variedade de interpretações políticas da obra de Nietzsche produzidas até a década de 1950, duas delas se destacam como particularmente significativas: a leitura nacional-socialista e a leitura marxista, mencionadas anteriormente. Embora divergentes no julgamento de valor que atribuem à filosofia nietzschiana — a primeira buscando celebrá-la e a segunda empenhada em denunciá-la —, ambas apresentam, contudo, uma notável convergência objetiva. Em diferentes sentidos, cada uma delas recorreu a simplificações arbitrárias, isolando trechos e conceitos de seu contexto original e projetando sobre eles sentidos unilaterais. O resultado foi a construção de uma imagem de Nietzsche marcada por aspectos maquiavelistas, antimodernos, antidemocráticos e anti-humanitários, que acabaram por reduzir drasticamente a complexidade de seu pensamento.

A força que os valores humanísticos e democráticos adquiriram em nossa sociedade trouxe sérios obstáculos à interpretação de Nietzsche em chave política no período posterior à Segunda Guerra Mundial. O problema agravou-se em razão de sua deliberada associação ao nazismo, que deixou marcas profundas na recepção de sua filosofia. Como consequência, Nietzsche atravessou um período de forte descrédito, sobretudo nos países de língua inglesa, onde sua obra foi vista com desconfiança e até rejeição. Nesse contexto, seus ideais políticos, que incluíam a defesa de formas de aristocratismo e até mesmo certa apologia à escravidão, mostravam-se

inconciliáveis com os valores centrais das democracias ocidentais, baseadas na igualdade, na liberdade e na dignidade humana.

A alternativa encontrada por alguns intérpretes, diante do descrédito em que Nietzsche havia sido lançado, foi “resgatá-lo” por meio de um expediente específico: o esvaziamento de qualquer conteúdo político em sua obra. Essa foi a estratégia adotada, de maneira paradigmática, por Walter Kaufmann, que a partir da década de 1950 iniciou uma série de traduções dos escritos de Nietzsche para o inglês. Sua atuação exerceu influência decisiva na forma como o filósofo passou a ser lido e interpretado desde então. Conforme observa Michael Tanner (2004, p. 12), Kaufmann apresentou ao público

“um filósofo que era um pensador bem mais tradicional do que aquele que inspirara anarquistas, vegetarianos, etc. Para ampla surpresa, Nietzsche revelou-se um homem racional, até mesmo racionalista. Kaufmann procurou fornecer prova abrangente de seu distanciamento do nazismo. [...] Nessa versão ficou difícil ver qual tinha sido o objeto de tanto estardalhaço.”

Dessa maneira, Nietzsche pôde ser reinserido no debate filosófico, mas a custo de um profundo deslocamento interpretativo que minimizou, ou simplesmente apagou, a dimensão política de seu pensamento.

A partir desse momento, o aspecto político da obra de Nietzsche foi progressivamente relegado ao esquecimento, em nome do que Domenico Losurdo (2009) denomina de uma “hermenêutica da inocência”. Sob essa perspectiva, as passagens em que o filósofo se refere explicitamente à política passaram a ser interpretadas como simples metáforas, e não como reflexões substantivas sobre a realidade social e histórica de seu tempo. Esse movimento hermenêutico teve, de um lado, o mérito de livrar Nietzsche dos impasses em que o haviam lançado as leituras nacional-socialista e marxista, mas, de outro, trouxe consigo um efeito colateral significativo: a perda de uma parte considerável de sua filosofia, justamente aquela voltada para as questões do poder e da política. Ainda hoje, essa forma de interpretação mantém sua força entre nós, perpetuando a imagem de um Nietzsche desistoricizado e despolitizado, moldado segundo uma leitura que evita enfrentar as dificuldades e as implicações de uma compreensão genuinamente política de sua obra.

H. Ottmann (1987, citado por GIACOIA JUNIOR, 1999) já vinha, desde a década de 1980, chamando a atenção para a relevância de se realizar uma leitura política da obra de Nietzsche. Em suas análises, ele observa que, tanto no Ocidente quanto no Oriente, sempre haverá razões para rejeitar o filósofo, já que este não se ajusta facilmente às categorias e compartimentos em que o pensamento burguês ou socialista costuma enquadrar as filosofias políticas. Segundo Ottmann, Nietzsche não cabe nessas “gavetas” previamente estabelecidas, e justamente por isso sua obra provoca desconforto constante. Ele também ressalta que a própria democracia, ao silenciar sobre determinados aspectos da modernidade e de suas promessas de liberdade, carrega perigos específicos, que Nietzsche foi capaz de identificar com clareza. Para Ottmann, quem não deseja apenas amaldiçoar Nietzsche deve respeitá-lo como um crítico implacável da democracia e da modernidade, um adversário que, no entanto, pode ensinar muito. Além disso, destaca que, mesmo nos anos oitenta, era-lhe estranho aderir a qualquer divisão rígida entre o mundo burguês e o socialista; mantendo-se à distância de ambos, Nietzsche permanece como alguém que ainda tem algo a dizer a cada um deles.

Conclusão

O percurso que traçamos ao longo deste trabalho permite perceber que a recepção do pensamento de Nietzsche esteve, desde o início, profundamente marcada por disputas políticas e ideológicas. Desde as primeiras manipulações operadas por Elizabeth Förster-Nietzsche até as apropriações feitas por ideólogos nazistas e críticos marxistas, sua filosofia foi submetida a recortes, simplificações e deturpações que a transformaram ora em arma de legitimação de regimes autoritários, ora em alvo de severas denúncias por parte de seus opositores. O resultado desse processo foi a construção de uma imagem de Nietzsche como pensador perigoso, associado à barbárie e incompatível com os valores democráticos que se consolidaram após a Segunda Guerra Mundial.

Nesse contexto, a estratégia de esvaziar o conteúdo político de sua obra, adotada por intérpretes como Walter Kaufmann, funcionou como uma tentativa de reabilitação. Ao apresentar um Nietzsche “inocente”, desvinculado de qualquer projeto político, essa hermenêutica permitiu que sua filosofia voltasse a circular nos meios acadêmicos e

intelectuais sem o estigma de sua suposta proximidade com o nazismo. Contudo, esse procedimento, embora eficaz para reintegrar Nietzsche ao debate filosófico, teve como efeito secundário a mutilação de uma parte essencial de sua obra. A dimensão política, central para compreender seu engajamento crítico com o Estado, a sociedade, a moral e a modernidade, foi relegada a um plano secundário, quando não simplesmente apagada.

O exame histórico das leituras que moldaram a recepção de Nietzsche mostra, portanto, que o filósofo não pode ser compreendido sem levar em consideração sua relação com a política. Mesmo que não tenha formulado uma teoria política sistemática, sua obra está repleta de reflexões que problematizam o poder, a democracia, o Estado, a guerra e as tensões sociais de seu tempo. Ignorar esses aspectos significa não apenas reduzir o alcance de seu pensamento, mas também deixar de perceber o vigor crítico com que Nietzsche enfrentou as promessas e contradições da modernidade.

Além disso, recuperar a dimensão política da filosofia nietzschiana não implica endossar suas posições aristocráticas ou suas críticas à democracia, mas reconhecê-las como parte constitutiva de um esforço filosófico que buscava pensar para além das categorias estabelecidas. Nesse sentido, Nietzsche aparece como um adversário incômodo, alguém que desafia tanto a tradição liberal-democrática quanto as leituras socialistas e burguesas de seu tempo. É justamente nesse papel de adversário, como lembra Ottmann, que ele pode ser respeitado e, sobretudo, ouvido, pois é do confronto com suas críticas que se abre a possibilidade de aprender.

A conclusão a que chegamos é que o Nietzsche apolítico, consagrado por certa tradição hermenêutica no pós-guerra, é uma construção que atende mais às necessidades de seus intérpretes do que ao conteúdo efetivo de sua obra. Reconhecer essa construção é um passo fundamental para devolver ao filósofo sua densidade histórica e para restituir à filosofia contemporânea um interlocutor que, mesmo a partir de posições controversas, continua a interpelar-nos de forma radical. Se o pensamento de Nietzsche ainda provoca debates intensos mais de um século após sua morte, isso se deve justamente ao fato de que ele nos obriga a encarar, sem ilusões, os dilemas da cultura, da moral e, sobretudo, da política.

Dessa forma, longe de ser apenas um pensador do indivíduo isolado ou da subjetividade, Nietzsche deve ser lido como alguém que, de diferentes maneiras, problematizou as estruturas do poder e as formas de organização coletiva. A tarefa que se coloca aos intérpretes contemporâneos é, portanto, a de superar tanto as leituras ideologicamente comprometidas que o reduziram a rótulos simplistas quanto as hermenêuticas que, em nome de uma suposta inocência, o despojaram de sua força política. Somente assim será possível fazer justiça ao alcance de sua filosofia e compreender a atualidade de um pensamento que, mesmo desconfortável e provocativo, continua a lançar luz sobre as contradições do nosso tempo.

Em última instância, a recuperação da dimensão política do pensamento nietzschiano não se limita a um exercício de erudição histórica, mas responde a uma necessidade teórica urgente. Num momento em que as democracias enfrentam crises de legitimidade, em que discursos autoritários reaparecem sob novas formas e em que os dilemas da modernidade permanecem abertos, Nietzsche se apresenta como um interlocutor incômodo, mas indispensável. Suas críticas ao igualitarismo, à moral herdada do cristianismo e às promessas de emancipação moderna nos obrigam a repensar os fundamentos das práticas políticas contemporâneas. Reconhecer Nietzsche como um pensador que, a partir de posições controversas, problematizou radicalmente o destino da política é, portanto, uma maneira de recolocar em pauta não apenas a interpretação de sua obra, mas também a capacidade da filosofia de enfrentar, sem complacência, as contradições e os impasses de nosso próprio tempo.

Rusley Breder Biasutti - Professor do Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Itapina. Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (2018), licenciado (2016) e bacharel (2013) em História pela mesma instituição.

Referências Bibliográficas

ANSELL-PEARSON, Keith. *Nietzsche como pensador político: uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CHAVES, Ernani. Ler Nietzsche com Mazzino Montinari. *Cadernos Nietzsche*, v.3, p.65-76, 1997.

ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GIACOIA JUNIOR, O. A Crítica da Moral como Política em Nietzsche. *Humanas*, Londrina, v. 1, n. 2, p. 145-168, 1999.

HOBBSAWN, Eric J. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LOSURDO, Domenico. *Nietzsche: o rebelde aristocrata: biografia intelectual e balanço crítico*. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

MARTON, Scarlett. A terceira margem da interpretação. In: MÜLLER-LAUTNER, W. *A doutrina da vontade de poder em Nietzsche*. São Paulo: Annablume, 1997.

MARTON, Scarlett. Nietzsche e a crítica da democracia. *Dissertatio*, v. 33, p. 17-33, 2011.

MAYER, Arno J. *A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MONTINARI, Mazzino. Interpretações nazistas. *Cadernos Nietzsche*, v.7, p.55-77, 1999.

MÜLLER-LAUTER, Wolfgang. O desafio Nietzsche. *Discurso*, v.21, p. 7-29, 1993.

NIETZSCHE, Friedrich W. *Além do bem e do mal*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich W. *Ecce Homo: de como a gente se torna o que é*. Trad. Marcelo Backes. Porto Alegre: L&PM, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich W. *Escritos sobre política*. Trad. Noeli Correia de Mello Sobrinho. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich W. *Humano, demasiado humano*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TANNER, Michael. *Nietzsche*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

VILAS BÔAS, João Paulo Simões. *A Grande Política como proposta de superação do niilismo em Nietzsche*. Dissertação de mestrado – UFPR. Curitiba, 2011.